



PAUTA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), na reunião que ocorrerá no dia 26/11/2024, às 10h30min, no Complexo de Eventos Tabajara, no Município de Chapecó, deliberará sobre as seguintes matérias:

1 - PL 329/2024

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto proíbe a caça e o abate de animais silvestres de qualquer espécie, considera a prática como infração gravíssima e imputa multa aos seus autores cujos valores variam de R\$2 mil a R\$20 mil.

2 - PL 165/2024

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A proposição obriga que os cães de raças notadamente violentas sejam conduzidos com guia curta e focinheira ao transitarem em elevadores e áreas comuns dos condomínios.

Serão considerados como raças notadamente violentas: Pitbull e assemelhados, Rottweiler, Dobermann, Presa Canário, Chow-Chow, Carne Corso e Dogo Argentino.

3 - PL 399/2024

Autor: Deputado Lucas Neves (PODEMOS)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto institui o Programa de Controle de Diabetes na Escola e é destinado aos alunos da educação básica e infantil de baixa renda.

A pretensão da medida é disponibilizar sensores de monitoramento contínuo de diabetes aos alunos com diabetes mellitus tipo 1.

4 - PL 414/2021

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto institui o fornecimento, em caráter excepcional, de medicamentos à base de Cannabis nas unidades da rede pública de saúde do estado.

De acordo com a proposta de lei, o remédio somente será fornecido aos pacientes portadores de doenças cujas consequências clínicas sejam comprovadamente diminuídas pelo uso da substância.

5 - PL 442/2023

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A medida torna obrigatório constar a informação “Este produto usa leite importado” nos produtos lácteos, no estado, sob pena de multa pecuniária ou até mesmo da suspensão temporária das atividades da empresa produtora da mercadoria.

6 – MSV 639/2024

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A mensagem de veto do governador ao projeto de lei aprovado pelo Parlamento catarinense alterava a Lei n. 18.634/2023.

A regra proibida pelo Chefe do Executivo concedia prioridade de crédito do Programa Estadual de Incentivo à Apicultura e Meliponicultura (PROMEL) aos produtores de mel impedidos de exercer as atividades em razão de condições climáticas adversas.

7 – PL 395/2024

Autor: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta garante às pessoas portadoras de necessidades especiais o direito de demandar e acessar os serviços públicos por meio digital, sem a necessidade da presença física.

Dentre os serviços assegurados por meio digital estão os atos processuais em que for parte ou interessada e os serviços de cartórios e registros, além dos processos administrativos.

8 – PLC 40/2023

Autor: Governado do Estado

Relator: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

O projeto de lei complementar de autoria governamental tem por objetivo instituir as Microrregiões de Água e Esgoto Sanitário de Santa Catarina (MRAE) e sua estrutura de governança.

O projeto estadual deriva do comando da Lei Federal n. 11.445/2007, atualizada pela Lei n. 14.026/2020, que estabeleceu metas de universalização dos serviços de abastecimento de água potável (99% da população atendida) e de coleta e tratamento de esgoto (90% da população atendida), o que deve ocorrer até 31 de dezembro de 2033 ou, se as condições econômico-financeiras não forem favoráveis, até 31/12/2039.

A legislação federal condiciona o repasse de recursos federais à criação de estruturas regionais de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.



9 – PL 481/2024

Autor: Deputado Emerson Stein (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta autoriza a suspensão ou cancelamento dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos no estado, no caso de perturbação do sossego público.

De acordo com o texto proposto, a suspensão ou cancelamento das atividades deverá ocorrer após reclamação formal junto aos órgãos competentes e atuação direta das forças policiais constatando efetiva perturbação do sossego e da ordem pública.

A suspensão do alvará de funcionamento será por 30 dias. Já o cancelamento, ocorrerá na terceira perturbação do sossego registrada no prazo de 12 meses.

10 – PL 430/2024

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto busca fomentar a regularização dos impostos de veículos, taxas de licenciamento e infrações de trânsito.

A medida possibilitará que o proprietário, no momento em que for abordado nas operações de fiscalização de trânsito, regularize eventuais débitos existentes no cadastro veicular, evitando a remoção do automóvel.

11 – PL 459/2024

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto isenta as pessoas com deficiência auditiva - unilateral total e bilateral, parcial ou total - do pagamento de impostos na aquisição de automóveis no estado.

Tal direito já é garantido aos deficientes físicos, visuais, mentais, autistas e ostomizados, de acordo com a Lei Estadual n. 17.292/2017.

12 – PL 282/2023

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputada Ana Campagnolo (PL)

A proposta considera o descarte de lixo nos lagos, rios e mares do estado como infração grave, para fins de incidência da multa prevista no Código Estadual de Proteção aos Animais.

13 – PL 266/2024

Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputada Ana Campagnolo (PL)

O projeto busca instituir na rede pública de ensino o Programa de Tutoria Acadêmica.

Considera-se tutoria acadêmica a prática educacional que visa a fornecer suporte personalizado e orientação individualizada aos alunos.

A tutoria será desempenhada pelos próprios alunos, sendo escolhido o tutor pela instituição de ensino segundo os critérios de empatia, comunicação e comprometimento.

14 – PL 325/2024

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Tiago Zilli (MDB)

O projeto altera a legislação acerca da política estadual de controle populacional de cães e gatos domésticos.

De acordo com os termos da proposta, o controle desses animais será feito por meio de esterilização permanente. Terão prioridade nesse procedimento as áreas endêmicas de transmissão de doenças infecciosas aos humanos, aquelas com colônia de felinos, com cães que sofrem de fome, desnutrição e outras formas de abuso, ou naquelas em que haja alto índice de reprodução.



A proposta determina que o controle populacional de cães e gatos mediante esterilização seja feito como medida de saúde pública e bem-estar animal.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista - Coordenadora das Comissões

(48) 3221-3112